



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

ATA

61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ POPRUA

REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO DE 2026 (QUINTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Participantes Governo: Deborah La Rocca (SMDHC); Patrícia Goretti (SMDHC); Erico Baptistella Casagrande Pinto (SMSUB); Luciana de Souza Braga (SGM); Thais Silva (SMADS); André Luiz Martins (SEHAB).

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu; André Aio

Participantes Conselho Amigo: Aglai Viriato; Tamara Raissa Pereira.

Participantes Organização Social: Darcy Costa (Cisarte); Beatriz Clemente (Forúm da Cidade); Mabel Andrade Garcia (EAB).

A reunião presencial, restrita a conselheiros, foi realizada no dia 15 de janeiro de 2026, às 15h00, nas dependências da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). A sessão foi presidida pelo coordenador titular do Comitê PopRua, Deborah La Rocca, com o apoio da suplente Patrícia Goreti.

Patrícia Goretti iniciou a reunião esclarecendo que o subcomitê de saúde não foi extinto, mas opera como um Grupo de Trabalho (GT) proposto em 2018. Ela defendeu a manutenção das pautas de saúde, trabalho e habitação no calendário do primeiro semestre para que governo e sociedade civil tenham tempo de preparar materiais para debates. Patrícia ressaltou que a responsabilidade do comitê é monitorar toda a cidade, mas defendeu a extinção do subcomitê de denúncias, justificando que demandas individuais devem ser tratadas sob sigilo na Ouvidoria, pois a deliberação coletiva pode expor inadequadamente o indivíduo.

Aglai Viriato destacou a importância de Marta como referência fundamental em saúde mental dentro do comitê, mesmo após sua saída do Bom Par. Ela enfatizou que a saúde mental é um tema prioritário, especialmente durante o janeiro Branco, e pontuou que a população em situação de rua apresenta demandas específicas que não podem ser negligenciadas, reforçando que todos possuem vulnerabilidades que precisam de cuidado.

Patrícia Goretti interveio novamente para pontuar que a Secretaria Municipal de Saúde é o órgão com competência técnica para fornecer informações e relatórios sobre o panorama da cidade. Sobre a participação de profissionais específicos, sugeriu que psicólogas da linha de frente sejam convidadas para palestras, mas que o foco deve ser o respaldo governamental aos encaminhamentos do comitê. Ela também esclareceu que as denúncias de anos anteriores foram encaminhadas aos setores competentes e que o sigilo sobre dados pessoais em relatórios públicos depende da vontade do indivíduo.

Luciana Braga recordou que houve uma apresentação de datas para as atividades do NDS durante uma atividade na Câmara, mas esclareceu que ainda não há confirmação oficial por parte do órgão. Ela sugeriu que o comitê realize uma cobrança formal para obter um posicionamento definitivo sobre o calendário proposto, em vez de apenas confirmar agendamentos incertos.

Gisele Abreu propôs uma solução prática para o fluxo de denúncias, sugerindo que cada centro de acolhida e unidade da Vila Reencontro conte com um representante oficial para levar demandas específicas ao comitê. Ela criticou o modelo de atendimento focado apenas em alimentação, defendendo um acompanhamento social e psicológico mais rigoroso, com avaliações sociais profundas e o retorno do uso de carteirinhas para monitorar quem frequenta os espaços e encaminhá-los para saídas reais da vulnerabilidade.

Patrícia Goretti concordou com a proposta de Gisele e sugeriu a inclusão formal de uma pauta para convidar representantes eleitos das Vilas Reencontro para uma conversa no comitê. Ela reforçou que, como esses representantes são eleitos pelos próprios moradores, o comitê deve buscar trazê-los para o diálogo ou ir até os equipamentos para viabilizar essa participação.

Gisele Abreu complementou sua fala criticando o abandono das instâncias de participação e a atuação de alguns conselheiros nos últimos anos, que estariam favorecendo suas próprias organizações. Ela defendeu que o comitê deve ser um espaço de fiscalização e diagnóstico real, e não de autopromoção institucional, enfatizando a necessidade de intimar responsáveis por Organizações Sociais para prestarem contas.

André Aio esclareceu que foi designado para elaborar os relatórios sociais dos hotéis sociais e que já possuía uma ficha técnica detalhada preparada por Patrícia. Ele informou que o trabalho não foi concluído apenas devido a um acidente de trabalho ortopédico que o levou à cirurgia, ressaltando que manteve a coordenação informada sobre sua situação clínica durante todo o período.

José Henrique sugeriu a retomada de um modelo de 1989, onde albergues realizavam eleições internas para delegados representantes com assento em conselhos municipais. Ele defendeu que a escolha democrática de representantes pelos próprios usuários assegura que eles participem diretamente da formulação das políticas de assistência.

Patrícia Goretti ponderou que o regimento interno atual não prevê essa eleição de delegados, mas se colocou à disposição para pesquisar a legalidade da prática. Ela pediu foco no planejamento das pautas essenciais e solicitou que cada conselheiro indicasse temas específicos para deliberação técnica junto à SMADS.

Darcy votou para que os eixos prioritários fossem Oportunidades, Habitação (Locação Social e Moradia Primeiro) e Saúde (Educação Popular).

Sheila Marcolino informou que seus interesses principais são moradia, trabalho, formação dos POTs e cotas em editais. Após questionamento de Patrícia sobre a especificidade, ela definiu o foco no POT Oportunidades.

Mabel Andrade propôs potencializar o programa Contrata SP e a adoção da metodologia federal de moradia com cotas no Pode Entrar. Na saúde, denunciou a redução de Consultórios na Rua e alertou para a falta de vagas em ILPI para idosos nos centros de acolhida, que não possuem estrutura para esse cuidado.

Beatriz Clemente manifestou indignação com a demora em pautas básicas de zeladoria, como banheiros e bebedouros. Ela denunciou o impacto do fechamento de serviços assistenciais e a invisibilidade do público cadeirante, que sofre com a falta de infraestrutura e vagas específicas na rede.

Maria Thuane manifestou insatisfação com a eficácia da gestão municipal e questionou o destino de verbas expressivas e emendas parlamentares. Ela classificou a gestão de algumas entidades como um comércio, alegando que os benefícios não chegam à ponta. Após declarar que filmou a reunião para mostrar ao prefeito, retirou-se do recinto.

Erico Casagrande manifestou desconforto com o volume de pautas apresentadas sem notificação prévia e sugeriu que o trabalho do comitê fosse organizado em eixos de

organização, comunicação e estudo para garantir contribuições mais qualificadas da secretaria.

O representante da habitação, André Luiz Martins explicou que a locação social possui 34 unidades e que sua expansão é um processo complexo que demanda tempo. Ele reforçou que as demandas devem ser formalizadas previamente via gabinete para que a secretaria possa articular respostas internamente.

Luciana Braga defendeu a locação social como uma transição mais sustentável que o programa Pode Entrar, que gera dívidas fixas difíceis de manter. Ela cobrou explicações sobre a baixa escala do Auxílio Reencontro e criticou a falta de clareza no acesso às vagas das Vilas Reencontro, além de defender uma responsabilidade compartilhada entre Assistência e Saúde para convalescentes.

André Aio propôs o cumprimento da lei municipal de reserva de 2% de vagas em obras públicas para a população de rua e a ampliação das vagas no POT. Na saúde, solicitou protocolos de harmonização para a população trans e criticou a desproporção de vagas de acolhimento para o público LGBTQ+, que cresceu drasticamente no pós-pandemia.

O Inspetor Guilherme manifestou concordância com a locação social e o "Moradia Primeiro". Ele destacou como prioridades o fortalecimento dos Consultórios na Rua e o foco na saúde mental e nos idosos, relatando que recebe muitas reclamações sobre o atendimento a essa faixa etária.

José Henrique cobrou um posicionamento sobre o aluguel social e expressou ceticismo com o programa Pode Entrar devido à burocracia. Ele exigiu a implementação das ILPIs e criticou o fato de psicólogos na rede atuarem apenas como assistentes sociais, defendendo atendimento especializado para transtornos mentais.

Tamara relatou frustração por estar há um ano aguardando vaga no POT Oportunidade e narrou as dificuldades de sua mãe para acessar o Auxílio Reencontro. Ela denunciou categoricamente que não está sendo assistida em suas necessidades básicas dentro da unidade da Vila Reencontro onde reside.

Deborah La Rocca encerrou a reunião informando que o processo eleitoral do comitê ocorrerá entre fevereiro e julho. Ela lamentou os desgastes ocorridos na sessão e acolheu a sugestão de manter reuniões internas para preservar a comunicação do grupo, agradecendo a presença de todos.

Encaminhamentos:

N.	Descrição	Responsável	Órgão
01	Convocação de Representantes Vilas Reencontros	Gisele Abreu	SMDHC/ CPPSR
	Representatividade por Equipamento:	Gisele Abreu e Aglai Viriato	SMDHC/ CPPSR
	Formalização de Demandas	André Luiz Martins	SMDHC/ CPPSR
	Calendário Eleitora	Deborah La Rocca	SMDHC/ CPPSR
	Ficha Técnica de Hotéis Sociais	André Aio	SMDHC/ CPPSR
	Cota Habitacional	Maria Thuane	SMDHC/ CPPSR
	Revisão do Auxílio Reencontro	Luciana Braga	SMDHC/ CPPSR/ SMADS
	Relatórios Técnicos	Patrícia Goretti	SMDHC/ CPPSR
	Consultórios na Rua	Mabel e Inspetor Guilherme	SMDHC/ CPPSR
	Fluxo de Denúncias	Patrícia Goretti	SMDHC/ CPPSR
	Prestação de Contas de OSs	Gisele Abreu	SMDHC/ CPPSR

Lista de Presença: [Lista de presença](#)